

O Condomínio Cachoeira do Estrondo desaprova atos de violência e esclarece que as equipes de vigilância contratadas visam garantir a segurança patrimonial e a integridade física de trabalhadores e moradores do empreendimento.

Prezando pela convivência pacífica que, historicamente, mantém com as comunidades do entorno, busca regularizar a propriedade de posseiros desde 2010. Após o ingresso da ação judicial sobre a posse das terras, no entanto, o empreendimento passou a ser alvo de diversos ataques e invasões de propriedade, roubos de cercas, equipamentos e armamentos, destruição do patrimônio (guaritas e sedes de fazenda), agressões, intimidações, cárcere privado e ameaças de morte a funcionários de empresas do empreendimento. Com isso, ainda em 2010 contratou, para fazer a segurança patrimonial do empreendimento, a empresa privada Estrela Guia, cuja equipe de segurança atua absolutamente dentro da legalidade.

Todos os atos de violência foram devidamente registrados em Boletins de Ocorrência (BOs) na Polícia Civil de Formosa do Rio Preto. Inclusive, em vários desses BOS, alguns crimes são admitidos. É importante esclarecer que todos os ataques ocorreram fora do perímetro determinado na decisão judicial.

Em relação às acusações de desmatamento ilegal, o Condomínio Cachoeira do Estrondo nega veementemente. Todas as supressões de vegetação nativa foram devidamente autorizadas pelos órgãos ambientais, em respeito à legislação ambiental vigente à sua época. Atualmente, a Reserva Legal do Condomínio Cachoeira do Estrondo é de 22%, portanto acima dos 20% exigidos pela Lei.

Quanto ao recente despacho proferido pela atual juíza de Formosa do Rio Preto (Bahia), o Condomínio Cachoeira do Estrondo entende que não se atém aos reais desdobramentos da ação judicial, uma vez que a decisão que o despacho manda cumprir já havia sido modificada pelo juiz antecessor em 2018, que justamente estabeleceu que a liminar em favor das comunidades corresponde à área de 9 mil hectares. A referida extensão provisória da área foi, inclusive, confirmada em recurso no Tribunal de Justiça.

Sobre o episódio envolvendo o Prefeito, o Condomínio Cachoeira do Estrondo não teve qualquer intenção de barrar a passagem das autoridades, mas, como não estavam em carro oficial e numa estrada privada, os vigilantes seguiram o protocolo e pediram os documentos dos ocupantes do veículo. A questão foi solucionada e as autoridades tiveram o acesso assegurado.